



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

### **RESOLUÇÃO Nº 10/2016/CONSUNI, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

Estabelece normas, critérios e procedimentos para a promoção do nível 4 da Classe D, denominada de Professor Associado, para a Classe E, denominada de Professor Titular, do Magistério Superior do Quadro Permanente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e dá outras providências.

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, com observância das prescrições contidas na Lei nº 12.863 de 25 de setembro de 2013, que alterou a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o Estatuto da Unilab, tendo em vista o que foi deliberado na reunião do dia 25 de maio de 2016 e considerando o processo 23282.001068/2015-87,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** A promoção do nível 4 da Classe D, denominada de Professor Associado, para a Classe E, denominada de Professor Titular, da carreira do Magistério Superior do Quadro Permanente da Unilab rege-se pelos dispositivos constantes da presente Resolução.

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS REQUISITOS PARA A PROMOÇÃO A PROFESSOR TITULAR**

**Art. 2º** A promoção para a Classe E, denominada de Professor Titular, é direito do docente que cumprir o interstício mínimo de vinte e quatro (24) meses no nível 4 da



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

Classe D, denominada Professor Associado, e atender, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor;

II - ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

III - lograr aprovação:

a) em defesa de tese acadêmica inédita; ou,

b) em defesa de memorial, no qual serão consideradas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante.

**Parágrafo único:** O título de doutor, exigido no inciso I do art. 2º, somente será considerado se obtido em instituição nacional credenciada pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Educação, ou, quando obtido no exterior, se estiver reconhecido por instituições congêneres, nos termos da legislação federal aplicável.

## CAPÍTULO II

### DO REQUERIMENTO DO CANDIDATO

**Art. 3º** O docente do nível 4 da Classe D, denominado Professor Associado, após cumprir o interstício mínimo de vinte e quatro (24) meses neste último nível, poderá requerer à sua unidade de lotação a promoção para a Classe E, denominada de Professor Titular, indicando desde logo sua opção por defesa de tese ou de memorial.

§ 1º O requerimento será obrigatoriamente instruído com a apresentação da seguinte documentação:

I - cópia do título de Doutor;

II – Planilha de avaliação do desempenho (anexo I – CPPD) do candidato com a comprovação documental das atividades estabelecidas, no período de avaliação definido, no art. 12 desta Resolução;

III - um (1) exemplar impresso da tese ou um (1) exemplar do memorial impresso para cada um dos membros da Comissão Especial Julgadora, com a devida comprovação documental em uma das vias.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

§ 2º A documentação comprobatória, tanto para a avaliação de desempenho quanto para o memorial, deverá ser apresentada em apenas uma (1) via.

**Art. 4º** O processo, devidamente instruído, após aberto na unidade de lotação do docente, será encaminhado à Diretoria do Instituto para a adoção dos procedimentos cabíveis.

## CAPÍTULO III

### DA COMISSÃO ESPECIAL JULGADORA

**Art. 5º** A Comissão Especial Julgadora será constituída por três (3) professores doutores, da Classe de Titular e/ou Titular Livre, ou equivalente de uma instituição de ensino, podendo ser professores aposentados.

§ 1º Dos professores doutores Titulares e/ou Titular Livre integrantes da Comissão Especial Julgadora, no mínimo, dois (2) serão externos à Unilab, com atuação na mesma área de conhecimento do candidato ou em áreas afins, podendo o terceiro membro ser da Unilab, hipótese em que figurará como membro interno.

§ 2º A Comissão Especial Julgadora será integrada, também, por dois professores da classe de Titular e/ou Titular Livre, na condição de suplentes, sendo obrigatoriamente um deles não pertencente ao quadro de ativos da Unilab.

§ 3º O docente aposentado da Unilab que venha a integrar a Comissão Especial Julgadora será considerado membro externo, se não mantiver vínculo com programas institucionais da Unilab.

§ 4º A função de Presidente da Comissão Especial Julgadora será atribuída ao professor Titular e/ou Titular Livre da Unilab que esteja como membro interno, ou, na falta deste, ao professor da Comissão Especial Julgadora que esteja há mais tempo no cargo de titular.

§ 5º Os trabalhos da Comissão Especial Julgadora serão secretariados por um servidor pertencente ao quadro efetivo da Unilab.

**Art. 6º** A Comissão Especial Julgadora, formada por membros titulares, com seus respectivos suplentes, bem como o seu secretário, serão designados pelo respectivo Conselho do Instituto.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

**Art. 7º** A Comissão Especial Julgadora não poderá ser aprovada *ad referendum* do respectivo Conselho do Instituto, salvo se não houver *quórum* para a realização de reunião, convocada para sua designação, devendo o assunto constar, expressa e obrigatoriamente, da pauta de convocação.

**Art. 8º** Serão considerados impedidos de participar da Comissão Especial Julgadora, dentre outros:

- I - o cônjuge do requerente, mesmo separado judicialmente, divorciado ou companheiro;
- II - o ascendente ou descendente do requerente, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;
- III – o sócio do requerente em atividade profissional;
- IV – amigos ou inimigos notórios.

**Parágrafo único.** Ocorrendo qualquer das hipóteses dos incisos I a IV deste artigo, deverá haver a substituição do impedido para assegurar a regular continuidade do processo de promoção.

**Art. 9º** A Comissão Especial Julgadora elaborará ata e parecer final, em exposição resumida, na qual constará o parecer de cada um de seus membros referente à avaliação do desempenho e à defesa de tese ou de memorial.

**Parágrafo único.** Caberá a cada examinador, devidamente nominado, conferir ao requerente, separadamente em cada um dos julgamentos, as 3 menções APTO ou NÃO APTO, que ficarão condensadas no parecer final firmado pelos integrantes efetivos da Comissão Especial Julgadora e pelo secretário.

## CAPÍTULO IV

### DAS EXIGÊNCIAS E JULGAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

**Art. 10º** A avaliação de desempenho do docente dar-se-á com base nas informações constantes do relatório individual para avaliação de desempenho, devidamente comprovadas, compreendendo, pelo menos, as atividades desenvolvidas a partir da data em que ocorreu a promoção para a classe de Professor Associado, nível 1.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

**Art. 11º** No processo de avaliação para a Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, deverá ser demonstrada excelência e especial distinção obrigatoriamente no ensino, na pesquisa e/ou na extensão.

**Art. 12º** A avaliação para a Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, levará em consideração o desempenho acadêmico nas seguintes atividades:

I - de ensino e orientação, nos níveis de graduação e/ou mestrado, e/ou doutorado, e/ou pós-doutorado, respeitando o disposto no art. 57 da Lei nº 9.394, de 1996, que fixa a obrigação mínima de oito (8) horas semanais de aulas;

II - de produção intelectual, demonstradas pela publicação de artigos em periódicos indexados, de livros/capítulos de livros e/ou de trabalhos em anais de eventos, e/ou registros de patentes/*softwares* e assemelhados; e/ou produção artística, demonstrada também publicamente por meios típicos e característicos das áreas de cinema, música, dança, artes plásticas, fotografias e afins;

III - de extensão, demonstradas pela participação e organização de eventos e cursos, pelo envolvimento em formação de políticas públicas, por iniciativas promotoras de inclusão social ou pela divulgação de conhecimentos, dentre outras atividades;

IV - de coordenação de projetos de pesquisa, ensino ou extensão e liderança de grupos de pesquisa registrados no CNPq;

V - de coordenação de cursos ou programas de graduação ou pós-graduação;

VI - de participação em bancas de concursos, de mestrado ou de doutorado;

VII - de organização e/ou participação em eventos de pesquisa, ensino ou extensão;

VIII - de palestras ou de cursos em eventos acadêmicos;

IX - de recebimento de comendas e premiações advindas do exercício de atividades acadêmicas;

X - de participação em atividade editoriais e/ou de arbitragem de produção intelectual e/ou artística;

XI - de assessoria, consultoria ou participação em órgãos de fomento à pesquisa, ao ensino ou à extensão;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

XII - de exercício de cargos na administração central e/ou colegiados centrais e/ou de chefia de unidades/setores e/ou representação;

XIII - de trabalhos acadêmicos na respectiva área de conhecimento que tenham resultado na obtenção de prêmios ou honrarias;

XIV - outros critérios aprovados pelo Conselho de cada unidade acadêmica se houver interesse deste;

XV - outro indicador, a critério da Comissão Especial Julgadora, que considere as especificidades das unidades acadêmicas.

§ 1º Para efeito desta Resolução, compreende-se administração central como sendo a administração superior e acadêmica, e colegiados centrais, os conselhos superiores e de centros, faculdades, institutos e *campi*.

§ 2º Caberá a cada unidade acadêmica definir a forma de apresentação dos documentos comprobatórios mencionados no *caput* deste artigo.

**Art. 13º** O requerente será aprovado à Classe E, na avaliação de desempenho se obtiver a menção APTO de, pelo menos, dois (2) dos integrantes da Comissão Especial Julgadora.

## CAPÍTULO V

### DAS EXIGÊNCIAS E JULGAMENTO DA TESE OU DO MEMORIAL

**Art. 14º** Quando a opção do docente candidato for a tese visando à promoção para a Classe E, denominada de Professor Titular, esta deverá:

I - ser inédita:

II - significar uma contribuição compatível com a classe de Professor Titular;

III - versar sobre a área de conhecimento de atuação acadêmica do docente.

§ 1º A apresentação da tese terá duração de até sessenta (60) minutos, e os membros da Comissão Especial Julgadora disporão de até vinte (20) minutos, cada um, para seus questionamentos, sendo garantido ao candidato o mesmo tempo equivalente para suas respostas.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

§ 2º A defesa da tese deverá ser presencial, gravada em áudio ou áudio/vídeo, para efeito de registro, devendo realizar-se em sessão pública.

**Art. 15º** No julgamento da tese, a Comissão Especial Julgadora deverá considerar:

I - seu valor intrínseco;

II - o domínio da área de conhecimento pelo candidato;

III- a desenvoltura e segurança evidenciadas na defesa da tese.

**Parágrafo único.** O requerente à Classe E será aprovado na defesa de tese se obtiver a menção APTO de, pelo menos, três (3) dos integrantes da Comissão Especial Julgadora.

**Art. 16º** Quando a opção do requerente for a defesa do memorial, cabe-lhe, em exposição oral, fazer a apresentação demonstrando sua dedicação obrigatoriamente ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão, além de descrever suas atividades desempenhadas adstritas ao elenco de itens previstos no art. 11 desta Resolução.

§ 1º O requerente disporá de até sessenta (60) minutos para a apresentação do memorial, e os membros da Comissão Especial Julgadora deverão dispor de até vinte (20) minutos, cada um, para seus questionamentos, sendo garantido ao candidato tempo equivalente para suas respostas.

§ 2º A defesa do memorial deverá ser presencial e proferida em sessão pública, gravada em áudio ou áudio/vídeo, para efeito de registro.

**Art. 17º** No julgamento do memorial, os membros da Comissão Especial Julgadora avaliarão, preferencialmente:

I - a relevância da vida acadêmica e profissional do candidato e sua dedicação a essa atividade;

II - a coerência e consistência na trajetória percorrida pelo candidato na sua vida acadêmica;

III - a orientação de trabalhos de extensão, de ensino na graduação e pós-graduação ou de pesquisa;

IV - a coordenação de ações de extensão com impacto social;

V - a liderança e/ou participação em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq;

VI - a atuação em funções universitárias de gestão ou na política científica;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

VII - produção acadêmica;

VIII - participação em entidades científicas, tecnológicas, culturais e classistas.

Parágrafo único. O requerente à Classe E será aprovado no Memorial se obtiver a menção APTO de, pelo menos, dois (2) dos integrantes da Comissão Especial Julgadora.

## CAPÍTULO VI

### DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA CONCESSÃO DA PROMOÇÃO A PROFESSOR TITULAR

**Art. 18º** O resultado final do julgamento será submetido ao CONSUNI com vistas à homologação, exigida para a sua deliberação a presença mínima de integrantes que perfaçam a maioria absoluta, somente podendo ser rejeitado pelo voto contrário de dois terços (2/3) do total de integrantes do colegiado em efetivo exercício.

**Art. 19º** Dos atos da Comissão Especial Julgadora e da decisão do respectivo Conselho somente será admitido recurso por arguição de nulidade, no prazo de sete (7) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicização do ato, em quaisquer das instâncias administrativas, sem efeito suspensivo.

§ 1º Considera-se nulidade a prática de ato ou procedimento em desacordo com as diretrizes gerais prescritas na Portaria nº 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministério da Educação, e com as normas desta Resolução.

§ 2º Não será dado provimento a recurso sem fundamentação técnica ampla ou que não guarde relação com o objeto da progressão, ou, ainda, que tenha caráter manifestamente protelatório.

§ 3º A nulidade não será declarada quando:

- a) tratar-se de mera inobservância de formalidade não essencial;
- b) for a favor de quem lhe houver dado causa.

**Art. 20º** O resultado final do processo de promoção para Professor Titular, depois de esgotados todos os prazos recursais administrativos, será remetido:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB**

I - à CPPD, para acompanhar e apreciar o preenchimento dos requisitos legais e regimentais formais;

II - ao Reitor, para autorizar a formalização do ato concessivo da promoção funcional para Professor Titular.

**Art. 21º** O candidato considerado NÃO APTO na avaliação de desempenho e/ou no julgamento do texto e da defesa da tese ou do memorial, somente poderá submeter-se a novo processo de promoção após decorrido o interstício mínimo de um (1) ano da denegação.

**Art. 22º** Os casos omissos serão decididos pelo CONSUNI.

**Art. 23º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

**Prof. Tomaz Aroldo da Mota Santos**

Presidente do Conselho Universitário